

ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) PARA O ALCANCE DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

Jasmin Santos Clementino¹

Ivan Rêgo Aragão²

Pedagogia



ISSN IMPRESSO 1980-1785
ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

Este artigo faz uma reflexão sobre atuação do pedagogo na Educação de Jovens e Adultos tendo como orientação as metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024). A partir da pesquisa digital: documental e bibliográfica, o presente estudo possui como objetivos refletir e traçar parâmetros sobre o que se compreende como EJA, bem como compreender o comportamento do pedagogo ante a esse perfil tão heterogêneo de alunos. Para tanto, teóricos como Bes e Silva (2018), Bezerra (2016), Castro (2007), Di Pierro (2001), Freire (1987), Machado (2016), Ribeiro (2001), Vieira (2021), a Constituição Federal Brasileira e o Plano Nacional de Educação, deram o aporte teórico para o embasamento da reflexão para o tema proposto. Para produzir impactos na diminuição analfabetismo e analfabetismo funcional, vislumbrou-se que o repensar sobre a atuação do pedagogo deve estar alinhado com ações entre professores, secretarias de educação e governos nas três esferas.

PALAVRAS-CHAVE

Plano Nacional de Educação. Educação de Jovens e Adultos. Analfabetismo.

ABSTRACT

This article reflects on the pedagogue's role in Youth and Adult Education, guided by the goals of the National Education Plan (2014-2024). Based on digital research: documental and bibliographical, the present study aims to reflect and outline parameters about what is understood as Youth and Adult Education, as well as to understand the behavior of the pedagogue in the face of such a heterogeneous profile of students. Therefore, theorists such as Bes e Silva (2018), Bezerra (2016), Castro (2007), Di Pierro (2001), Freire (1987), Machado (2016), Ribeiro (2001), Vieira (2021), the Constitution Brazilian Federal Government and the National Education Plan, provided the theoretical support for the basis of the reflection on the proposed theme. To produce impacts on reducing illiteracy and functional illiteracy, it was seen that rethinking the pedagogue's role must be aligned with actions between teachers, education departments and governments in the three spheres.

KEYWORDS

National Education Plan; Youth and Adult Education; Illiteracy.

1 INTRODUÇÃO

A presente reflexão, foi desenvolvida sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), de como os profissionais da área da educação influenciam na aprendizagem desse perfil de educando e como essa atuação impacta nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Dentre as metas do PNE o destaque fica para as diretrizes que estão diretamente relacionadas com o tema do estudo: I - erradicar o analfabetismo; III - superar as desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhorar a qualidade da educação (Brasil, 2014). Lembrando que as metas voltadas à alfabetização e diminuição do percentual de analfabetos funcionais ainda não foram atingidas (Souza, 2021), entende-se que há muito que ser feito para que aconteça uma mudança desses percentuais.

Discutir essa temática tende a gerar uma contribuição na melhoria e aperfeiçoamento dessa modalidade de ensino. Amplia a visão quanto ao que cabe ao pedagogo instruir e auxiliar no processo de letramento e alfabetização para a EJA. Ainda possibilita mudanças de pensamento em relação ao analfabetismo que não é tão somente uma causa cultural, mas também social.

A escolha do tema ocorreu após a leitura do livro Organização e Legislação da Educação, onde constam gráficos em relação ao Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Brasil, 2014). A partir da citada leitura, algumas indagações surgiram, e, com isso, constatou-se como o Brasil ainda está distante de atingir as metas em relação ao analfabetismo e ao analfabetismo funcional.

Dentre esses questionamentos, alguns tiveram maior destaque, tais como: o que cabe ao pedagogo fazer para ajudar a nação brasileira a dar passos mais longos em direção ao alcance dessas metas? O formando e o pedagogo da atual sociedade entendem seu papel enquanto agentes de diminuição das taxas do analfabetismo e do analfabetismo funcional? A modalidade EJA sendo um formato de ensino diferente, sob quais aspectos o pedagogo deve orientar seu trabalho em sala de aula? A atuação do pedagogo influencia no processo de aprendizagem de pessoas analfabetas e/ou analfabetas funcionais? De que forma o educador contribui para o alcance da meta de número 9 do PNE 2014-2024? Entender o papel do professor em sala de aula para alunos da EJA vai colaborar com a aprendizagem do aluno?

O tema se justifica pelo fato de que a sociedade evolui quando o indivíduo deve e pode aprender a se desenvolver com acesso ao conhecimento do currículo escolar, seja ele formal ou oculto. Quando a educação também possibilita ao cidadão ter sua liberdade pautada na possibilidade de escolhas, no pensar e refletir criticamente. Mas como isso pode ser possível se o saber que lhe é de direito está comprometido? De que forma a nação se desenvolverá se a educação básica está comprometida?

Os números falam por si, e é evidente que a educação brasileira precisa avançar e falar sobre a atuação do pedagogo nesse processo é fundamental para se compreender o que cabe a ele, e de que forma se dá essa contribuição tão imprescindível – esse é o elemento motivador do tema.

2 METODOLOGIA

Por meio da pesquisa digital: bibliográfica e documental em artigos, livros e sites, foi possível refletir e traçar um parâmetro sobre o que se compreende como Educação de Jovens e Adultos, bem como, o comportamento do pedagogo ante ao perfil heterogêneo de alunos, e de como a sua postura em sala de aula possibilita ou não a aprendizagem plena para os jovens e adultos. Para tanto, teóricos como Bes e Silva (2018), Bezerra (2016), Castro (2007), Di Pierro (2001), Freire (1987), Machado (2016), Ribeiro (2001), Vieira (2021), a Constituição Federal Brasileira e o Plano Nacional de Educação, deram o aporte teórico para o embasamento da reflexão sobre o tema proposto.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A EJA e o Pedagogo

A EJA é uma modalidade de ensino criada pelo Governo Federal para oferecer educação básica a pessoas de diversas faixas etárias e níveis de conhecimento que não puderam estudar na idade apropriada. Esse formato de ensino tem suas especificidades por ser ofertada a um público em sua singularidade. Traz a sala de aula, muitas vezes, o adulto que trabalha durante o dia, o idoso que anseia ser alfabetizado e

que por isso voltou a estudar, bem como, o jovem que por algum motivo, abandonou os estudos e agora quer concluí-lo.

Cabe salientar que, de acordo com Santos, Queiroz e Silva, (2014) o parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 11/2000, a EJA possui as funções reparadora, equalizadora e qualificadora. A função reparadora vai além do ato de “devolver” o direito ao ensino. Versa sobre igualdade em prol de uma sociedade mais justa e de indivíduos com liberdade, por proporcionar o acesso ao conhecimento, tão fundamental para o desenvolvimento da história humana.

Bes e Silva (2018), informam que a função equalizadora advém do entendimento de que o ser humano é incompleto em conhecimento por sempre ter o que aprender. Dessa forma, a função equalizadora promove o acesso à educação em níveis mais profundos com vistas a suprir sempre a necessidade de aprendizagem para jovens, adultos, idosos e todos aqueles a quem o desejo do saber acomete.

A função qualificadora tem seu escopo voltado a propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida” (Brasil, 2014, on-line). Ou seja, é uma função permanente, vitalícia que é justamente um compromisso que a EJA tem para com seus alunos por entender que o potencial de cada um está em constante desenvolvimento e, justamente por ter esse entendimento, é que se pauta o sentido da função da Educação de Jovens e Adultos.

Esse formato de ensino, no Brasil, teve maiores movimentações na década de 1940, onde de acordo com Bes e Silva (2018), o crescimento econômico estava em efervescência e era necessário ter mão de obra qualificada para que a economia crescesse. Nesse contexto, era necessário alfabetizar a população, para isso, foram criados vários programas do Governo entre os anos de 1942 a 1964 (Bes; Silva, 2018).

Na atualidade, a alfabetização ainda é uma preocupação da EJA, pois uma população não alfabetizada atrasa o desenvolvimento. Pessoas que se alfabetizam estão aptas a decodificar o mundo e seus símbolos de forma mais correta e lógica. Indivíduos alfabetizados e letrados [...] “adquirem um caráter bastante peculiar, uma vez que se trata de empoderamento social desse indivíduo de uma forma bastante decisiva para sua atuação no mundo” (Silva *et al.*, 2022, p. 64). Conhecimento gera emancipação. Quando se entende que o saber emancipa o homem como aponta Freire (1987), o desafio do professor se tornar ainda maior, porque a tarefa é tornar o conhecimento atrativo a esse aluno, sabendo que o fato de estar estudando fora da idade adequada, já é, em si, um fator que pode ser desmotivante.

Ensinar a alunos com esse perfil demanda do pedagogo uma desenvoltura diferente e com mais flexibilidade, uma vez que ele possui outras necessidades, realidades complexas, responsabilidades, e nem sempre dispõe de tempo para se dedicar ao estudo. Dentro desse contexto, Vieira (2021, p. 76) afirma que:

Nesse sentido, há uma maior exigência no que se refere ao comprometimento do professor no planejamento da aula. Por isso, é importante que as atividades sejam significativas e estejam direcionadas para as necessidades dos alunos, pois a maioria encontra-se com uma grande bagagem de vida.

Quando o pedagogo percebe essas nuances, ele tem uma compreensão melhor de como desenvolver suas aulas, de como poderá conduzir o processo de ensino e aprendizagem dos seus alunos. Podendo diversificar as metodologias empregadas em sala aula, uma vez que sua abordagem deve proporcionar o desenvolvimento pleno e que seja significativo para esse aluno.

3.2 AS METODOLOGIAS PARA A EJA

O perfil do aluno EJA em si, já traz a necessidade de uma metodologia de ensino voltada à realidade desse perfil diversificado em idade e situação estudantil. Porém, antes de aplicar essas metodologias, é necessário compreender o que cada aluno demanda. O foco deve ser no que o aluno precisa aprender e que tipo de ensino pode ser ofertado a ele – considerando todas as características desse perfil de aluno. Di Pierro (2001, p. 70) informa que é necessário:

[...] modificar o estilo de planejamento das agências formadoras... ou seja, deixar de conceber a oferta educativa a partir de padrões únicos (quase sempre referidos aos parâmetros da educação escolar de crianças e adolescentes), passando a concebê-la a partir da diversidade de demandas concretas dos diferentes segmentos sociais.

Uma vez compreendido qual é o contexto da EJA, o que se tem nesse perfil de aluno e qual a necessidade demandada por ele, a metodologia a ser aplicada em sala aula deve trazer o aluno como foco de seu processo de aprendizagem, sendo um ensino significativo para o estudante, não menosprezando o conhecimento e bagagem que o aluno traz consigo (Costa *et al.*, 2020).

Dessa forma, a metodologia de aprendizagem ativa pode ser a mais indicada para esse formato de ensino por possibilitar a aquisição de uma maior quantidade de conhecimentos. De acordo com Berbel (2011), as metodologias ativas adequam-se melhor esse formato de ensino, uma vez que possibilita a aquisição de conhecimentos por meio da problematização de situações do cotidiano do aluno, provocando o raciocínio criativo em direção a resolução do problema, e ampliando esse saber para os demais desafios vividos em sociedade. Essa proposta metodológica de aprendizagem centra-se no protagonismo do aluno, visto que, como informam Costa *et al.* (2020, p. 10):

[...] procuram criar situações de aprendizagem em que os aprendizes fazem atividades, colocam conhecimento em ação, pensam e conceituam o que fazem, constroem conhecimento sobre os conteúdos envolvidos nas atividades que realizam, bem como desenvolvem estratégias cognitivas, capacidade crítica e reflexão sobre suas práticas [...].

Com esse tipo de metodologia, não exclui o pedagogo no processo. Muito pelo contrário, a participação do educador enquanto mediador, orientador e apoiador desse percurso é fundamental para que a EJA deixe de ser somente uma modalidade de ensino compensatória, e passe a ser também uma maneira de oportunizar a emancipação do indivíduo enquanto cidadão consciente e crítico, e sujeito de sua própria história.

Outro ponto positivo do uso das metodologias ativas é a autonomia que o aluno desenvolve, por ser essa uma consequência da prática em sala de aula. Essa autonomia é constatada quando o aluno se compromete com sua aprendizagem, amplia sua perspectiva de escolha enquanto se prepara para seu futuro profissional (Berbel, 2011). É nesse momento em que se percebe a EJA como uma modalidade não só reparadora, equalizadora e qualificadora, mas como uma porta para o aprender e ressignificar a vida humana. Ela, que transcende a sala de aula e propicia aos alunos um novo olhar para o futuro (Bes; Silva, 2018), que restabelece direitos básicos, mas que elementares para evolução humana.

3.3 CONTRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO PARA O PNE 2014-2024

Ao observar o documento do Plano Nacional de Educação, constata-se que a meta de número 09 do PNE 2014-2024 pretendia elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional (Brasil, 2016).

Apesar do documento trazer submetas que convergem esforços para o alcance das metas estabelecidas, é perceptível que as ações planejadas envolvem diversos agentes (entes federativos, poder público), mas a relação entre professor-aluno não é enfatizada, uma vez que o professor, dentro desse projeto de erradicação do analfabetismo, constitui-se como parte importante no processo de alfabetização.

Quando o educador tem a compreensão do que é a EJA e de suas especificidades, planejar sua atuação em sala de aula se torna mais fácil. Alfabetizar, letrar, instruir, direcionar, são deveres que o pedagogo traz dentro do seu “pacote” de responsabilidades. Auxiliar a sociedade em direção à redução desses percentuais é mais um desafio proposto e aceito por todos os professores que se dedicam ao ensino.

A formação continuada do professor é imprescindível para que ele permaneça fazendo o seu papel e proporcionando o acesso ao saber e a educação de cada um de seus alunos. As políticas públicas poderiam ser mais bem aplicadas nesse ponto, porém, o foco a que se atém esse projeto, é ao que cabe ao pedagogo contribuir para o melhoramento dessa situação da educação no Brasil.

É necessário que o profissional da educação, além de se profissionalizar e se capacitar para atender a esses alunos, desenvolvam competências que o ajudarão a desempenhar de maneira eficaz seu papel em sala de aula. Competências essas que contribuirão para uma aprendizagem eficiente de seus alunos e que servirá como um

convite a quem está fora da sala de aula e que deseja ser alfabetizado e/ou terminar seus estudos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Popularmente, o entendimento que se tem a respeito da EJA, é que ela é meramente um supletivo, uma possibilidade “fácil” de completar os estudos. No entanto, o conceito da EJA, além de ser uma modalidade de ensino desenvolvida com vistas a oportunizar o acesso à educação para pessoas que não puderam terminar seus estudos dentro da idade regular, objetiva também, viabilizar a inserção do indivíduo no mercado de trabalho.

A procura por essa modalidade de ensino parte dos mais variados tipos de discentes, sendo esse um dos principais aspectos percebidos na EJA. Esses perfis de alunos, muitas vezes são jovens mais velhos que, por algum motivo, interromperam seus estudos; adultos que não tiveram acesso à educação por condições financeiras limitantes ou idosos que anseiam ser alfabetizados.

Partindo dessa premissa e, compreendendo que existem fatores que limitam a plena aquisição do saber, espera-se que o pedagogo assuma uma postura de empatia e paciência ante a esse perfil de aluno. Uma vez que, a condição do estudante e suas necessidades de aprendizagem, podem servir como base norteadora da prática docente em sala de aula.

Dessa forma, é possível suprir o que cada aluno demanda - dentro das possibilidades - aplicando metodologias que valorizem os conhecimentos prévios trazidos por eles, integrando a novos conceitos que possibilitem um pensar mais crítico e racional, sendo essa umas das maneiras de perpetuar a EJA, não como uma modalidade de ensino banalizada, mas o começo do desenvolvimento de cidadãos instruídos e mais conscientes.

A pesquisa levantou questionamentos sobre a atuação do pedagogo em sala de aula e, a partir dessa reflexão, faz-se um convite a mudanças. Mudanças essas que são um ponto de partida, mesmo que a passos lentos, para o alcance das metas do PNE 2014-2024. O repensar da atuação do pedagogo, por si só, não tende a produzir grandes impactos nos números do analfabetismo e analfabetismo funcional. É necessário uma ação conjunta entre professores, secretarias de educação, Governos Estaduais, para que o panorama seja modificado consideravelmente.

REFERÊNCIAS

BES, P.; SILVA, M. C. **Organização e legislação da educação: Educação de Jovens e Adultos**. Porto Alegre: Sagra, 2018. n. 1. p. 2-15.

BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **SEMINA: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <http://www.proec.ufpr.br/download/extensao/2016/creditacao/PNE%202014-2024.pdf>. Acesso em: 14 set. 2022.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005/2014. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Seção 1, p. 1. 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 6 Jan. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 6 fev. 2023.

CASTRO, R. V.; SANCHO, A. V.; GUIMARÃES, P. A. Mutações no campo da educação de adultos. Sobre os caminhos da formação dos educadores. **Educar**, Curitiba, n. 29, p. 63-81, 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/HP98fRnFW68898gRQ3WfTYL/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2022.

COSTA, A. C. P. *et al.* Metodologias ativas e a evasão escolar na EJA: uma revisão de literatura. **Revista Portuguesa de Gestão Contemporânea**, v. 1, n. 1, jan/jul. 2020. p. 1-21. Disponível em: <https://revistas.editoraenterprising.net/index.php/rpec/article/view/289/455>. Acesso em: 6 fev. 2023.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Caderno Cedes**, Campinas, SP, n. 55, p. 58-77, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/44R8wkjSwvn8w6dtBbmBqgQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 fev. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MACHADO, M. M. A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 82, p. 17-39, nov. 2009. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2446/2184>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SANTOS, M. M. dos S.; QUEIROZ, C. de; ALVES, M. C. da S. P. Política de educação de jovens e adultos no Brasil: da constituição à elaboração da diretriz curricular nacional. **UNISANTA Humanitas**, v. 3, n. 1, p. 102-118, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unisanta.br/index.php/hum/article/view/275/278>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SILVA, E. C. da *et al.* Alfabetização e letramento: desafios no ambiente escolar. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, UNIT, Sergipe, v. 7, n. 3, p. 64, 2022. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/10630>. Acesso em: 23 fev. 2023.

SOUZA, A. T. **Metas de alfabetização do plano nacional de educação podem não ser cumpridas**. Aracaju, 08/09/2021. Disponível em: <https://portal.unit.br/blog/noticias/metas-de-alfabetizacao-do-plano-nacional-de-educacao-podem-nao-ser-cumpridas/>

VIEIRA, Benedito Wagner. A educação de jovens e adultos: desafios de uma prática libertadora e reflexiva. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, ed. 06, vol. 12, pp. 72-79. Junho de 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/libertadora-e-reflexiva>. Acesso em: 10 dez. 2022.

Data do recebimento: 10 de outubro de 2024

Data da avaliação: 28 de outubro de 2024

Data de aceite: 28 de outubro de 2024

1 Acadêmico do Curso de Pedagogia/ Universidade Tiradentes. E-mail: santosjasmin199@gmail.com

2 Mestre em Cultura e Turismo pela UESC/Professor da Universidade Tiradentes/Cursos de Pedagogia.
E-mail: regoivan70@gmail.com